



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Santa Catarina

Câmpus  
Jaraguá do Sul – Centro

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO**

**CHUANE LOUISE TREIB  
FLAVIA CAROLINE KERETCH  
LETICIA OTTO  
NATÁLIA PISETTA FIORENTIN  
SOFIA COELHO ESTEVES**

**DISCURSOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS AO ENSINO DE GÊNERO  
NAS ESCOLAS DE JARAGUÁ DO SUL - SC**

**Jaraguá do Sul  
2019**

**CHUANE LOUISE TREIB**  
**FLAVIA CAROLINE KERETCH**  
**LETICIA OTTO**  
**NATÁLIA PISETTA FIORENTIN**  
**SOFIA COELHO ESTEVES**

**Discursos contrários e favoráveis ao ensino de gênero  
nas escolas de Jaraguá do Sul - SC**

Projeto de Iniciação Científica do Programa Conectando  
Saberes apresentado ao Instituto Federal de Santa Catarina  
– Campus Jaraguá do Sul como parte complementar à  
matriz curricular do Curso Técnico em Modelagem do  
Vestuário Integrado ao Ensino Médio.

Orientador/a: Kênia Mara Gaedtke

Coordenador: Jean Raphael Zimmermann Houllou

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos, primeiramente, de agradecer à nossa orientadora Kênia M. Gaedtke, por contribuir e apoiar a pesquisa com seus ensinamentos, que foram fundamentais para este processo da nossa formação. E à aluna Bianca Gibowski, que esteve conosco durante dois semestres, colaborando com o progresso do trabalho.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Jaraguá do Sul - Centro, por nos proporcionar a chance de ter contato com a pesquisa científica, nos fazendo crescer durante a execução do projeto e ampliar nossos conhecimentos, não só como alunos, mas também como cidadãos. Aos demais professores do instituto que nos acompanharam e apoiaram durante os encontros quinzenais, em especial ao nosso coordenador de curso Jean R. Z. Houllou.

Aos entrevistados, que se disponibilizaram a participar de nossa pesquisa e tiveram papel fundamental para os resultados. E também à banca pelas suas contribuições, que possibilitaram o aperfeiçoamento do projeto.

## **RESUMO**

A discussão de gênero nas escolas vem sofrendo frequentes ataques ao longo dos últimos anos, ao ponto que projetos de lei são criados para proibir o tópico em âmbito escolar. A presente pesquisa procura entender as diferentes opiniões sobre o ensino de gênero em Jaraguá do Sul, onde a população, em sua maioria, parece ser contrária à temática. Foram realizadas entrevistas com professores, alunos egressos e uma ativista do município, além de uma vasta coleta de dados na internet; todos encontrados a partir de comentários em redes sociais e sites de notícia da região. As entrevistas realizadas e comentários selecionados foram analisados com base na teoria do discurso de Foucault, comparando e examinando os dados obtidos. Todas as hipóteses inicialmente levantadas foram confirmadas, como o desconhecimento sobre gênero das pessoas contrárias ao assunto, a forma em que o tópico é encarado como uma ameaça para as noções tradicionais da sociedade, e o efeito positivo que a discussão tem nos jovens quando voltada às salas de aula. Concluiu-se que a lei não tem um real objetivo, sendo apenas espelho do conservadorismo religioso da cidade, levando em conta que os discursos sobre gênero, quando levantados, não trazem uma real ameaça a qualquer cidadão, uma vez que visa apenas discutir e informar sobre problemáticas que surgem no cotidiano.

## **ABSTRACT**

The gender discussion in schools has suffered frequent attacks over the last few years, to the extent that bills are created to ban the topic in the school environment. This research seeks to understand the different opinions on gender teaching in Jaraguá do Sul, where the majority of the population seems to be contrary to the theme. Interviews were conducted with teachers, former students and an activist from the municipality, as well as an extensive data collection on the internet; all found from comments on social networks and local news sites. The interviews and selected comments were analyzed based on Foucault's theory of discourse, comparing and examining the obtained data. All the initially raised hypotheses were confirmed, such as the ignorance about gender of people opposed to the subject, the way in which the topic is seen as a threat to the traditional notions of society, and the positive effect the discussion has on young people when focused on classrooms. It was concluded that the law does not have a real objective, being only a mirror of the religious conservatism of the city, considering that the discourses about gender, when raised, do not pose a real threat to any citizen, since it only aims to discuss and inform about issues that arise in everyday life.

## SUMÁRIO

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | <b>62</b>  |
| <b>HIPÓTESES</b>      | <b>63</b>  |
| <b>OBJETIVOS</b>      | 73.1 Objetivo  |
| Geral                 | 73.2 Objetivos   |
| Específicos           | <b>74</b>  |
| <b>JUSTIFICATIVA</b>  | <b>75 FUNDAMENTAÇÃO</b>  |
| <b>TEÓRICA</b>        | 85.1 Cultura, gênero e sexo  |
| biológico             | 85.2 Feminismo, comunidade LGBTQ+ e suas influências na discussão de |
| gênero                | 115.3 Ideologia de   |
| Gênero                | 135.4 “Escola sem  |
| partido”              | 145.5 O fundamentalismo religioso na                                 |
| política              | 165.6 A relação entre o marxismo e                                   |
| gênero                | 175.7 Ensino de Gênero nas   |
| Escolas               | 185.8 Legislações referentes ao ensino de gênero nas                 |
| escolas               | <b>196</b>   |
| <b>METODOLOGIA</b>    | <b>227 RESULTADOS E</b>  |
| <b>DISCUSSÕES</b>     | 257.1 Desconhecimento por  |
| gênero                | 257.2 O medo que existe em relação ao ensino de                      |
| gênero                | 267.3 Escola, família e discussão de                                 |
| gênero                | <b>308. CONSIDERAÇÕES</b>  |
| <b>FINAIS</b>         | <b>34</b>  |
| <b>9. REFERÊNCIAS</b> | <b>3</b>   |
| 5                     |  |

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a discussão de gênero vem se mostrando um assunto cada vez mais delicado, principalmente quando passa a envolver crianças e adolescentes. Segundo Louro (1997), falar de gênero nas escolas é perceber como, para homens e mulheres, para meninos e meninas, a cultura, a sociedade e o atual tempo histórico constroem diferentes formas de “ser

masculino” ou “ser feminino”. A escola sendo uma das principais instituições de socialização da criança e do adolescente para com o mundo, leva a eles conhecimento e informação, tendo também uma influência muito grande em sua integração, devendo ser um espaço igualitário, conforme citam alguns estudiosos como Bortolini.

À medida que essa discussão vai se expandindo, acabamos tendo reações de todos os tipos, vindas de vários lugares diferentes. Criam-se movimentos sociais - como o Movimento Escola Sem Partido - e até mesmo termos que acabam se popularizando, como a chamada “ideologia de gênero”. Dependendo da situação, as reações podem ser tão significativas que até mesmo projetos de leis são criados a seu favor, como foi o caso do projeto n.º 7595/2018, aprovado na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul no dia 20 de fevereiro de 2018, o qual inclusive incentivou a realização desta pesquisa, em que é declarado que as escolas não deveriam mais ensinar e/ou debater sobre gênero, alegando que esse seria um papel da família.

Sendo assim, essa pesquisa se mostra relevante por expôr e fazer uma análise de opiniões emitidas a respeito do tema, nos possibilitando uma maior compreensão em relação a fundamentação dessas ideias, viabilizando a melhor percepção dos motivos por trás de seus posicionamentos. O estudo também se mostra essencial para o entendimento da importância - ou não - da discussão sobre gênero em ambiente escolar.

## **2 HIPÓTESES**

- Muitas pessoas ainda demonstram desconhecimento a respeito do conceito de gênero e dos pressupostos do ensino de gênero nas escolas;
- As questões de gênero são encaradas como uma ameaça para as noções tradicionais da sociedade;
- Estudantes que têm contato com o ensino de gênero nas escolas demonstram maior abertura para as discussões e reflexões sobre o tema.

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivo Geral**

Analisar discursos contrários e favoráveis ao ensino de gênero nas escolas de Jaraguá do Sul.

### 3.2 Objetivos Específicos

- Compreender as diferentes teorias sobre gênero e a legislação que rege seu ensino nas escolas;
- Obter e analisar as diferentes opiniões sobre o ensino do gênero nas escolas;
- Averiguar as contribuições do ensino de gênero nas escolas para a conscientização a respeito do assunto;
- Verificar as opiniões e pontos de vista de vereadores, professores da rede municipal de ensino, estudantes egressos do ensino médio e comentários expostos em blogs e sites de notícia da região.

## 4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se deu pela aprovação da lei n.º 7595/2018 que aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2018, na Câmara de Vereadores em nosso município. De acordo com o texto, a lei “Dispõe sobre a proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional no Município de Jaraguá do Sul e traz outras considerações”. (JARAGUÁ DO SUL, 2018). Atentando então para a recepção geral dos cidadãos jaraguenses para com o ensino de gênero nas escolas, observamos pontos importantes que podem ser trazidos para um projeto de pesquisa.

O lecionamento de gênero nas escolas se torna algo complexo uma vez que gera polêmicas ao ir de encontro com as convicções e dogmas religiosos comumente compartilhados por famílias consideradas *tradicionais*, fato que se deve à forma com que o assunto foi tratado por diversas pessoas, incluindo os legisladores que tomaram a iniciativa e votaram a favor do projeto de lei.

Mesmo tendo em mente que Jaraguá do Sul é um município relativamente homogêneo economicamente, não é esta a percepção de muitos daqueles que nele moram. Podemos observar, tal como Elias e Scotson (2000), que ele está claramente dividido entre um grupo que se percebe, e que assim pretende ser reconhecido, com o establishment local, e um outro conjunto de indivíduos e famílias outsiders. Os primeiros fundam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antigüidade, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os “outros” vivem estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência, o preconceito, a exclusão social e econômica. (SCHÖRNER, 2006, p.16)

Schörner (2006), em sua tese, enfatiza os aspectos conservadores que ocorrem na cultura de Jaraguá do Sul. No entanto, queremos levar em consideração o fato de que os

processos migratórios e as mudanças geracionais trazem novos elementos para a sociedade, e é possível que se tenha uma abertura maior para a discussão das questões ligadas a gênero e sexualidade, compreendendo-as como fenômenos culturais.

As atitudes, os valores e os comportamentos humanos são formados não só por predisposições genéticas, mas principalmente pelos exemplos que vemos durante nossa enculturação e crescimento. A cultura e toda a questão de orientação de ideias reforça pontos na discussão sobre gênero, criando uma linha de pensamento sobre padrões, estereótipos e tudo o que engloba o assunto (KOTTAK, 2013). Sendo uma questão predominantemente cultural, a importância da temática “gênero” nos ambientes educacionais é um fato já discutido por professoras como Guacira Lopes Louro, objetivando o bom convívio em sociedade, em um mundo que tão rapidamente lida com transformações culturais.

É intolerável conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque seu modo de ser homem ou de ser mulher, suas formas de expressar seus desejos e prazeres não correspondem àquelas nomeadas como "normais". Esse é um sentimento comum entre as estudiosas/os que sabem da relevância de se refletir sobre questões de gênero e sexualidade. (LOURO, 2007, p. 201)

## **5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **5.1 Cultura, gênero e sexo biológico**

Desde muito pequenas, as pessoas utilizam de sua habilidade de aprender para absorver ideias, regras, instruções, costumes e tudo aquilo que foi construído durante muito tempo no lugar em que vivem ou foram introduzidas. Seu aprendizado cultural surge por meio de vozes importantes que rondam tais indivíduos e serve como um tipo de orientação de ideias, guiando a pessoa, direta e indiretamente, até suas futuras escolhas, indagações e conclusões. A cultura também é transmitida por meio de observação. Crianças e pessoas de variadas idades prestam atenção às coisas que acontecem ao seu redor e mudam seu comportamento de acordo com o que consideram certo ou errado sob a supervisão de alguém acima de sua posição. A cultura, isto é, esses ensinamentos, podem ser absorvidos inconscientemente (KOTTAK, 2013).

Entendendo o conceito geral de cultura, podemos começar a discorrer sobre outros assuntos que nem sempre pensamos ser culturais. Um deles seria a possível restrição que algumas famílias criam para com suas crianças em relação à educação, e como a relação

intrafamiliar muda de tempos em tempos, de acordo com o espaço em que se encontram e sua cultura (RICAS, DONOSO, GRESTA, 2006).

Diferentes membros de uma sociedade se relacionam e convivem através de um conjunto de hábitos e ideias que são adquiridos através do tempo. O homem é obra do meio em que foi socializado e a criança, por sua vez, está destinada aos hábitos familiares que lhe serão estabelecidos desde o nascimento, tendo grande relação com a posição de poder e propriedade dos pais sobre os filhos, vindo de uma relação intrafamiliar socialmente construída e aceita a partir de exigências e costumes de certa época ou local. A ideia de que o lar familiar é o lugar de maior proteção à criança nem sempre está correta. Ricas, Donoso e Gresta (2006) apontam que “(...) a maioria dos casos de maus tratos na infância ocorre no ambiente familiar e permanece, em grande parte, silenciosa, inacessível a observações superficiais, não dirigidas para o problema”. No meio cultural, além da concepção de propriedade dos pais, a violência doméstica é, em sua maioria, entendida como um castigo físico com ideais pedagógicos (*Idem*).

Culturalmente, ainda parece ser aceita a concepção de que o filho é uma espécie de propriedade dos pais, e tudo o que estes fizerem será em legítimo benefício da prole. Este padrão cultural contrapõe-se à idéia de reconhecimento da criança como um indivíduo, com suas vontades próprias e seu direito ao exercício da cidadania. (RICAS, DONOSO, GRESTA, 2006, p. 152)

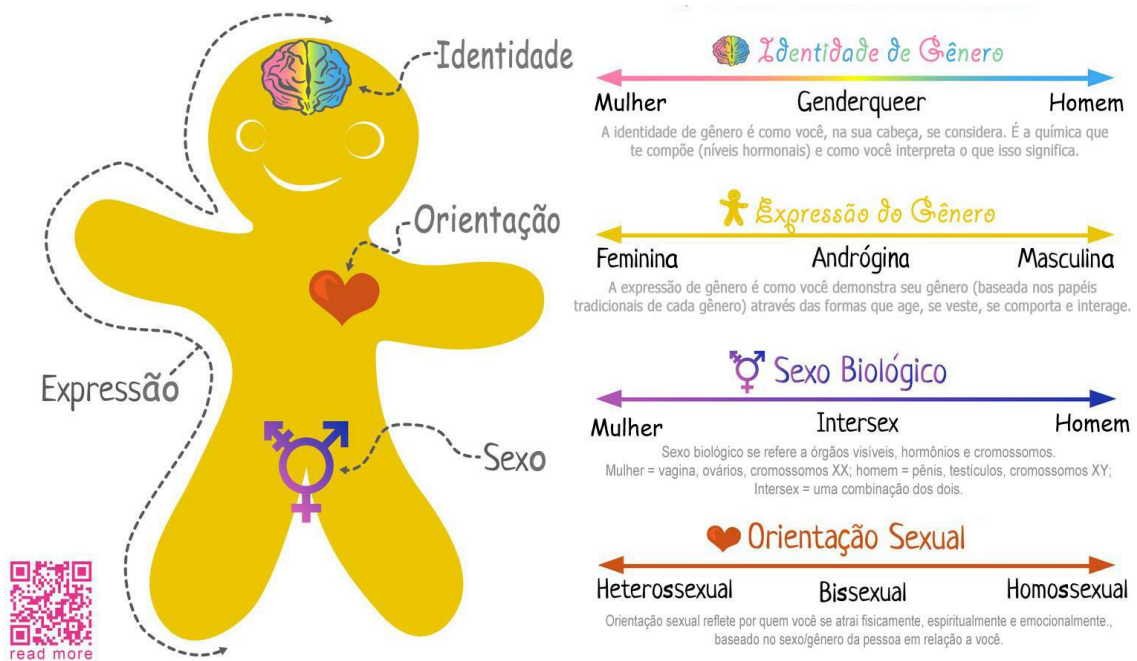
O direito ao exercício da cidadania de uma criança é totalmente dependente do comportamento do adulto responsável, que influencia, por meio histórico, social e cultural as características dessa criança. Suas características e atos no espaço de socialização não são inatas, mas construídas a partir de influências principalmente intrafamiliares, ou seja, tudo aquilo que sua família autorize que ela veja (*Idem*).

É importante questionar, então, a alegação de que os princípios morais devam ser discutidos exclusivamente dentro dos lares, de acordo com os ideais familiares, e não na escola. Levando em conta que o ambiente escolar é onde o indivíduo pode ter a oportunidade de se aproximar de diferentes visões de mundo, podendo formar sua opinião também de acordo com exemplos de fora do ambiente familiar em que está inserido, inclusive considerando que o ambiente familiar nem sempre é tão seguro para a criança, visto os inúmeros casos de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são

diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. (LOURO, 2008, p. 23)

De acordo com a tese de Bortolini (2011), quando falamos de gênero nos referimos ao modo de andar, de falar, jeitos de ser, que reforça culturalmente a ideia do sexo biológico: mulher e homem. Essa performance cotidiana cria a ilusão de uma essência masculina ou feminina - ou qualquer outra. O que se torna fundamental para essencialismos biológicos ou culturais.



Adaptado de: It's Pronounced Metrosexual (<http://itspronouncedmetrosexual.com/>)

A compreensão dos termos “sexo” e “gênero” é necessária, assim como sua distinção para que possamos ter mais conhecimento no assunto e, acima de tudo, falar com mais propriedade do tema. Segundo Olinto (1998 p.162) em seu artigo que inclui reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia, “o uso do termo gênero expressa todo um sistema de relações que inclui sexo, mas que transcende a diferença biológica. O termo sexo designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos”.

Estudos sobre sexo biológico vêm de muito antes das discussões sobre gênero, havendo todo um contexto histórico onde a relação das pessoas com o conceito de sexo, masculino ou feminino mudou profundamente com o tempo.

No *one-sex-model*, pensamento que dominou a anatomia discutida durante cerca de dois mil anos, mulheres eram consideradas homens invertidos com os mesmos órgãos masculinos, porém em lugares errados ou, algumas vezes, atrofiados. Homens e mulheres não eram

confundidos; sua diferença era vista, porém, nunca explicada. Com o modelo de corpo masculino usado como base para a perfeição, o conceito de homem “superior” e mulher “inferior” era muito visto e usado, tendo ligação com o fato de a mulher ser considerada uma versão com “defeito” ou mal formada. Sendo o homem o modelo seguido, todas as outras características também teriam relação com esta base; o sexo, o orgasmo e a reprodução seguem a relação pressuposta (SILVA, 2009).

Se antes a diferença entre os sexos era estritamente fisiológica, com o novo conceito que passa a ser utilizado entre os séculos XVIII e XIX, *two-sex-model*, as diferenças têm relação com exigências morais e comportamentais do feminino e do masculino, de acordo com o que manda a sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus (SILVA, 2009).

Existe ainda o termo “identidade de gênero”, que é usado para expressar o gênero com o qual uma pessoa se identifica, podendo ou não ser o mesmo atribuído em seu nascimento. A identidade, por sua vez, é diferente da orientação sexual, sendo esta a atração afetivossexual que a pessoa sente por outrém. Um indivíduo transsexual pode ser heterossexual, gay, lésbica ou qualquer que seja a orientação, assim como uma pessoa cis (JESUS, 2012).

## **5.2 Feminismo, comunidade LGBTQ+ e suas influências na discussão de gênero**

Apesar de os movimentos feminista e LGBTQ+ não serem o foco desta pesquisa, é de grande importância citarmos eles como influenciadores para o debate de gênero nos dias de hoje.

O feminismo pode ser definido de duas maneiras principais. No sentido mais restrito é um conjunto complexo de ideologias políticas usadas pelo movimento feminista para promover a causa da igualdade das mulheres com os homens e pôr fim a teoria sexista e a prática de opressão social. Em sentido mais amplo e mais profundo, constitui uma grande variedade de enfoques usados para observar, analisar e interpretar as maneiras complexas como a realidade social dos sexos e a desigualdade entre eles são construídas, impostas e manifestadas, desde em ambientes institucionais mais vastos aos detalhes do dia a dia da vida das pessoas (JOHNSON, 1997).

Os meninos usam linguagem sexista rotineira e se referem as meninas por meio de categorias sexistas e pejorativas. Isso cria uma atmosfera de masculinidade agressiva, que

degrada mulheres enquanto cerceia as identidades aceitáveis para os meninos em uma faixa bastante limitada (*Idem*).

Uma consequência disso é que a homossexualidade é tornada invisível, e gays e lésbicas descobrem que o ambiente escolar não permite que eles expressem abertamente suas identidades emergentes, pois uma vez que isso é feito, são julgados, assediados e agredidos física e emocionalmente, trazendo problemas posteriores (*Idem*).

A partir disso podemos entender o termo LGBTQ+, que é usado para se referir a comunidade lésbica, gay, bissexual, travestis, transexuais, (o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento: drag queens, transformistas, entre outros). Segundo Santos (2006), queer é “uma zona de potencialidades” e um instrumento de denúncia dos regimes de poder que cristalizam modelos heteronormativos de sexualidade. Também é utilizada como nome de um movimento que fala sobre orientação sexual, identidade de gênero e diversidade de gênero, mas principalmente a homofobia.

De acordo com Schreiner (2012), a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas, e apenas duas, possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY e MEYER, 2011) - é produzida compulsoriamente na escola, que é reconhecida como uma das instituições onde se formam padrões de modo geral, dentre esses, o modo como nos relacionamos e vivemos nossa sexualidade. Abordar o tema da sexualidade na escola ainda é uma tarefa difícil, cercada de tabus, pudores e proibições, construídos social e historicamente. No entanto, a grande maioria das referências de relacionamentos são heterossexuais; as pessoas que não seguem esse modelo são criteriosamente ocultadas, sob o pretexto de proteger o sujeito dos preconceitos. Tendo uma construção social de que a heterossexualidade é natural, a homossexualidade apresenta-se sendo um potencial desafiador à normalidade dos procedimentos escolares, levando a reações de violências descritas como heteronormativas. Desde que nascemos somos submersos em uma cultura que tem propensão a padronização; recusa e intolera às diferenças, tendo em vista que “quem não se encaixa ao padrão automaticamente é excluído e desprezado”. Reconhecer que as violências se encontram na sociedade, justamente em lugares que não deveriam ser pensadas, como na família, na escola, na igreja/templo, onde reproduzem e criam contextos férteis para as violências físicas e psicológicas, e por meio destas leva a exclusão e o sofrimento, é um

ponto de partida para que possamos exercer o papel de educar e promover a segurança e aceitação de todos, na direção da igualdade social e legitimação das diferenças.

### 5.3 Ideologia de Gênero

É de suma importância lembrar que existe uma grande diferença entre ideologia e discussão de gênero, que são termos confundidos frequentemente. Um exemplo é a lei nº 7595/2018, que por diversas vezes faz uso do termo “ideologia de gênero”. Essa discussão sobre o que é ideologia se dá a partir de muitas vertentes teóricas e apresenta divergências entre estudiosos/cientistas.

O conceito de ideologia parte de um sistema de crenças políticas, sociais e religiosas. Aquilo que é “ideológico” é normalmente contraposto, de modo explícito ou implícito ao que é “pragmático”. E o caráter da Ideologia é atribuído a uma crença, ação ou estilo político pela presença, neles, de certos elementos típicos de doutrinário, o dogmatismo, um forte componente passional (GIDDENS, 1997).

A ideologia pode servir também como base para movimentos em prol de mudança social. Do movimento verde de preservação ambiental ao feminismo radical, movimentos sociais dependem de conjuntos de ideais que explicam e justificam seus objetivos e métodos. (JOHNSON, 1997).

Em sentido mais geral, a cultura de todos os sistemas sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência como estilo de vida, seja uma ideologia com raízes na família, que define a natureza e a finalidade da vida familiar, ou uma ideologia religiosa que serve de base e prega um sistema de vida em relação a forças sagradas.

Do ponto de vista marxista, a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e privilégios. (JOHNSON, 1997).

O termo *ideologia de gênero* trata de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da igreja católica e no movimento pró vida e pró família. Estudos mostraram que o termo é usado em 1998, em uma conferência episcopal da igreja católica realizada no Peru cujo o tema foi “A ideologia de gênero - seus perigos e alcances”, seus criadores se baseiam em dois livros para compor essa narrativa chamada “Ideologia de gênero” e outro que traduzido no Brasil como “Ideologia de gênero - o neototalitarismo e a morte da família” [...]. Esse termo é usado para propagar pânico social e voltar as pessoas contra o estudo de gênero e as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões

relacionadas aos chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual (MORETTON, 2016).

O conceito de gênero só surgiu porque se tornou de grande necessidade, expor que muitas das desigualdades às quais as mulheres eram e são submetidas, são decorrentes da crença de que nossa biologia nos faz pessoas inferiores, incapazes e merecedoras de menos direitos. O conceito gênero, não busca negar o fato da existência de nossa biologia, mas afirmar que ela não deve definir nosso destino social.

Em 2013, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) aponta que um terço dos feminicídios no Brasil acontecia dentro da casa das vítimas, das quais 61% eram negras. Já em 2014, o Ipea indicou que 50,7% das vítimas de estupro no Brasil são crianças de até 13 anos. Some-se a isso o fato do Brasil ser o quarto país do mundo em casamento infantil, segundo o Banco Mundial, e ter 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos, índice bem acima da média mundial, que de 46 nascimentos a cada mil, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde feito entre 2010 e 2015. No que diz respeito a mulheres negras e indígenas, grupo que, por questão de raça, classe e gênero, estão na maioria das vezes em uma situação de maior vulnerabilidade, o “Mapa da violência de 2015: homicídios de mulheres no Brasil” anotou que entre 2003 e 2013 houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto o de mulheres negras aumentaram 54,4% (RIBEIRO in GALLEGO, 2018).

Não há cabimento em dizer que os estudos de gênero negam a biologia; os estudos de gênero discordam, na verdade, do determinismo biológico – quando a biologia é utilizada para definir nosso destino social (MORETTON, 2016).

#### **5.4 “Escola sem partido”**

O Movimento Escola Sem Partido defende que apenas a família e a religião podem ensinar a ética e a moral, para eles os professores não possuem esse papel, são apenas burocratas que devem se restringir a instruir os alunos com o objetivo de qualificá-los para o mercado de trabalho e difundir assuntos definidos por lei, sem estimular preceitos e sem falar da realidade na qual a escola está inserida. Sendo assim, o projeto seria uma iniciativa que busca anular o caráter educacional da escola e da sala de aula como espaço de debate e aprendizado para a vida (PENNA in GALLEGO, 2018).

O projeto tenta proibir “a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (Art . 3º PL 867/2015). A escola estaria proibida de discutir a teoria da evolução por exemplo, porque algumas famílias acreditam no criacionismo. (Idem).

Segundo Penna (2018), a defesa de uma “escola sem partido” concebe uma intimação preocupante para a educação brasileira, com ou sem a transformação desse projeto nas leis, pois já pode ser sentida no cotidiano das escolas, por conta do medo colocado nos professores em enfrentarem uma campanha de perseguição. O discurso tradicionalista de defesa é fortemente comprimido no ódio aos professores, os vendo como potenciais inimigos, e abusando da manipulação política do pânico moral<sup>1</sup> sendo muito compartilhado nas redes sociais.

O termo nos coloca em uma situação de oposição, se você for contra o “escola sem partido”, logo significa que você é a favor de uma escola com partido, o que acaba trazendo uma questão da moral das pessoas, similar ao que acontece na escolha do nome ideologia de gênero. Uma pessoa que não conheça as intenções do movimento ou dos projetos tende a declarar seu apoio, por conta de o termo já instigar o desprezo comum pela política partidária. A principal questão é que o projeto não se trata sobre a desculpa de combater a “doutrinação” partidária em sala de aula, ele na verdade pretende erradicar a dimensão educacional da escola. Ser contra o uso do espaço da sala de aula para fazer propaganda partidária, não faz da pessoa um defensor do projeto.

Houve grandes avanços na produção de materiais didáticos que discutem questões de gênero e esta temática tornou-se o foco do maior ataque do discurso reacionário. Mas por que gênero? Porque é uma maneira que movimentos como o escola sem partido usam para explorar politicamente o desconhecimento de uma parcela significativa da população sobre o cotidiano das escolas e sobre as próprias discussões de gênero e sexualidade. Discursos reacionários nos fazem acreditar que a escola tem como objetivo transformar os jovens e crianças em gays e lésbicas, a fim de destruir a “família tradicional”. Desse modo usam o termo “ideologia de gênero” - uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos

---

<sup>1</sup> O pânico moral é um problema grave presente na sociedade, usado principalmente como influência e controle social a partir da manipulação da percepção das pessoas em relação a certos grupos ou comportamentos, acusando-os de causar mal-estar ou ameaça para as noções da sociedade. Com a ajuda da mídia, fazendo o uso do sensacionalismo, é promovida uma intensificação exagerada do problema, assim, ele fragiliza, influencia e manipula o modo de ver e lidar com os grupos e comportamentos em questão, causando uma reação exacerbada, que resulta na necessidade de ver uma ação sendo tomada para evitar que as regras morais da sociedade fiquem em posição “de perigo”, em casos extremos o pânico moral pode resultar com a aprovação leis. “Para alguns teóricos, o pânico moral se tornou tão disseminado e difuso como mecanismo de controle social que é hoje um dos aspectos da reprodução social da sociedade.”

eleitorais. A tentativa de censurar a discussão de gênero nas escolas é uma estratégia transnacional (PENNA in GALLEGO, 2018).

### **5.5 O fundamentalismo religioso na política**

Ver determinados líderes religiosos participando da política brasileira já se tornou algo corriqueiro. A chamada “bancada evangélica”, e o conservadorismo da Igreja Católica são vistos como apoiadores de diversas questões que possuem semelhanças. Logo, podemos citar tudo o que engloba LGBTQ+ e outras minorias, que lutam constantemente pelo fim de uma desigualdade, considerada por essa base conservadora, resultado de uma “meritocracia”, sendo algo comum e que não requer mudanças. Ganha força também a ideia de que os direitos humanos servem para dar privilégios à pessoas com comportamentos considerados anormais, pela visão de mundo destes indivíduos (MIGUEL, 2016).

Nos últimos anos, o fundamentalismo religioso tomou força em nosso país ocupando cargos importantes na política. Segundo Miguel (2016), “O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate”. Estes fundamentalistas se aliam à demais conservadores em prol da oposição à liberação do aborto, criminalização da homofobia e apoiando questões como a legalização do porte de armas, fortalecendo toda uma linha de ideais políticos. É normal que a maioria destes aliados façam parte, também, do anticomunismo brasileiro. As duas correntes caminham juntas no meio conservador e dão voz ao movimento que acusa diversas escolas e educadores da chamada “doutrinação ideológica”, muitas vezes citada pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), que no começo agregava questões relacionadas à “doutrinação marxista”, mas que com o tempo passou a enxergar o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas, como uma ameaça evidente, apoiando então o combate à “ideologia de gênero”, ou a mais propriamente dita, discussão de gênero nas escolas.

Muitos argumentos contrários à chamada “ideologia de gênero” baseiam na “ordem natural” e nos ensinamentos de Deus. Segundo Fillod (2014), conforme citado por Miguel (2016), “Deus dotou a mulher de um ‘gênio feminino’, acompanhando sua função de gestora, que se caracteriza por uma propensão e um dom naturais para o cuidado e a sensibilidade às necessidades dos outros”, crença que serve como forte defensora da família e dos bons costumes, formando em grande parte os pensadores da igreja católica. Se torna bem claro que é, de fato, uma crença formada pela fé, mesmo que tal fato seja minimizado com o argumento

de que não se trata das normas de uma determinada religião, mas sim da ordem natural das coisas; dos princípios da família tradicional. Este e muitos outros exemplos - citados anteriormente - se tornam pautas sérias e leis em vigor unicamente porque um determinado grupo de pessoas não vê problema no fato de que, num estado laico, seus ideais religiosos são o que os movem para tomar decisões políticas.

## **5.6 A relação entre o marxismo e gênero**

O principal enfoque da teoria de Marx, o marxismo, são as relações socioeconômicas que envolvem, sobretudo, os direitos do proletariado e críticas aos meios de produção capitalista. Abrange a evolução da sociedade como maneira de refutar o capitalismo e propor outra forma de organização social.

Segundo Araújo (2000), a relação entre essa teoria e gênero, é quase nula, porém para o movimento feminista, é consideravelmente importante, pois foi com Marx e Engels, que a ideia da participação da mulher no mercado de trabalho, e não apenas em afazeres domésticos, tomou maiores proporções, assim como a desnaturalização da subordinação feminina.

Engels também teve importantes ideias que defendiam que o lugar “inferior” da mulher na sociedade não era de “natureza feminina”, mas sim consequência de uma formação compartilhada, fruto de uma sociedade patriarcal e machista, a qual envolve uma relação de opressão do homem sobre a mulher nos processos socioeconômicos, presentes na primeira divisão de trabalho perante os dois sexos, levando a mulher a ocupar posições que a deixam financeiramente dependentes de um, ou mais, homens: “Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora.” (ARAÚJO, 2000. pg. 65).

Porém, apesar de serem importantes figuras na ideia da entrada das mulheres no mercado de trabalho, Marx e Engels não possuem essa importância na discussão de gênero, seus textos e ideias não abrangem mais do que o citado anteriormente, e não se aprofundam e nem citam a possibilidade da discussão em debate ir para o ambiente escolar.

Sabendo disso, a afirmação de que a “ideologia de gênero” é proveniente do marxismo, se mostra sem cabimento, afinal este não era o assunto posto em discussão por Marx. A possibilidade da discussão de gênero ser algo de origem marxista e de fim comunista pode ser entendida como uma maneira de promover o pânico moral e social, dando a entender que esta discussão apresenta uma ameaça para a sociedade em que vivemos.

## 5.7 Ensino de Gênero nas Escolas

Falar de gênero na escola é exercitar a cidadania para o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres (BRITO, 2016)

Segundo Bortolini (2011) a escola, como uma das principais instituições de socialização, conhecimento e informação, ainda apresenta lacunas em relação a temas que são importantes para o convívio em sociedade. Algumas das questões fundamentais nas relações sociais, como as reflexões sobre diversidade, igualdade e a diferença, muitas vezes são tratadas como tabu. O desconhecimento sobre os assuntos, em geral, tem repercussão negativa para as pessoas afetadas pela falta de conhecimento - seja direta ou indiretamente - não saberem do que se trata de fato, o que contribui com o heterossexismo, misoginia e qualquer outro tipo de discriminação ou preconceito nas escolas.

O tema das relações de gênero só foi pensado no Brasil nos currículos escolares a partir da década de 1970 e 1980, quando os estudos feministas sobre a mulher passaram a se utilizar da categoria “gênero”, inspirados no artigo de Joan Scott (SCOTT, 1995). As primeiras feministas, seguidas pelas atuais, mostraram que a desigualdade tinha uma trajetória histórica marcada por assimetrias nas relações de poder, da mulher e do homem. Portanto, uma Educação para as Relações de Gênero, no âmbito da Educação Básica, reconhece esta categoria identitária como importante na vida das pessoas (sejam elas crianças, jovens, adultos e idosos). Falar de gênero nas escolas é perceber como, para homens e mulheres, para meninos e meninas, a cultura, a sociedade e o atual tempo histórico constroem diferentes formas de “ser masculino” ou “ser feminino” (LOURO, 1997, p.22).

Ainda que a presença do tema gênero nas escolas esteja cercado de polêmicas, muitos estudos demonstram a importância do ambiente escolar ser um ambiente que promove, também, a igualdade social; sendo assim, falar sobre o gênero deveria ser algo cotidiano e vinculado aos temas curriculares, pois esta é uma maneira acessível de (começar a) extinguir o machismo que é presente na sociedade. Este, não afeta apenas mulheres, afinal os homens são também vítimas dos padrões estabelecidos. A questão de gênero não é um tema só de mulheres. Porém mesmo após décadas de luta, são as mulheres as principais vítimas de agressão doméstica, são as mulheres responsáveis pela limpeza da casa, roupas, etc, são as mulheres que são constantemente assediadas, abusadas e estupradas. Para começarmos a desconstruir os princípios da sociedade patriarcal em que vivemos, é necessário que a discussão sobre gênero e diversidade sexual esteja presente no ambiente escolar. No entanto, algumas das barreiras

para isso continua sendo a insegurança de educadores em tratar do tema, seja por sentirem que não estão habilitados para isso, ou até mesmo por sofrerem algum tipo de pressão em seu local de trabalho. Como aponta Bortolini,

Para tratar a diversidade sexual na escola, precisamos ir para além da discussão da homossexualidade ou da transgressão de gênero como um capítulo curricular adicional, como uma exceção à norma a ser tratada com indulgência hipócrita. Afinal, a heteronormatividade não afeta apenas quem descumpra o roteiro binário, mas também produz angústia naqueles que se enquadram (ou tentam) nos modelos (inatingíveis) de masculinidade e feminilidade hegemônicos. [...] Isso significaria romper com a perspectiva da heteronormatividade como única possibilidade de hegemonia e repensar o gênero e a sexualidade na escola, não só pelo reconhecimento de determinados grupos, mas pelo quanto essas questões dizem respeito a toda a comunidade escolar, a toda a prática pedagógica, aos processos de constituição de cada sujeito ali dentro, estudantes ou profissionais da educação. (BORTOLINI, 2011, p.36)

## **5.8 Legislações referentes ao ensino de gênero nas escolas**

O ensino de gênero nas escolas já está presente em algumas leis e propostas, sejam elas proibindo ou permitindo a discussão na sala de aula. Como por exemplo o projeto de lei aprovado em Jaraguá do Sul em 2018, no qual “Dispõe sobre a proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional no Município de Jaraguá do Sul e traz outras considerações” (Lei nº 7595/2018), e em Blumenau, onde o projeto de lei aborda a mesma ideia: “É vedada a inclusão ou manutenção das expressões ‘identidade de gênero’, ‘ideologia de gênero’ e ‘orientação de gênero’ em qualquer documento complementar ao Plano Municipal de Educação, bem como nas diretrizes curriculares” (Lei nº 994), também em Criciúma, onde o professor não tem o direito de discutir sobre qualquer temática relacionada a concepções morais - onde se encaixa a identidade de gênero, sexualidade e outros aspectos (Projeto PL. Nº 130/2017).

No entanto, sabe-se que tais leis vão contra legislações vigentes, presentes no âmbito estadual e federal, como o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina de 2015 (PEE), que cita em várias metas e estratégias a importância de buscar a igualdade de gênero, assim como a erradicação de todas as formas de discriminação. “Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais, regionais e de gênero, no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio” e uma das metas que envolve o assunto.

Outro exemplo das legislações vigentes está nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 2000), que afirmam que, mesmo não sendo obrigatório, os educadores têm o

“direito” de falar e discutir, com os educandos, sobre questões sociais, para buscar uma sociedade que respeite e tolere as diferenças.

Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos:

- a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Brasil, 2000)

Duas importantes instituições internacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), também se mostram a favor da discussão de gênero nas escolas. Para a cientista social Sylvia Cavasin, que trabalha há 29 anos na ONU, “as famílias desconhecem o que é gênero e caem na desinformação, o que tem criado uma espécie de terrorismo e de perseguição”, privando a discussão de se expandir além das barreiras familiares e proporcionar às pessoas melhor compreensão sobre o assunto discutido (ONU, 2017). A ONU Mulheres - criada para fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres - afirma que o Brasil tem um compromisso com o ensino pela igualdade de gênero nas escolas, que é fundamental para a eliminação da desigualdade entre homens e mulheres, meninos e meninas (ONU MULHERES, 2017).

Para a UNESCO, no Brasil,

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade, não restando dúvida sobre a necessidade de a legislação brasileira e os planos de educação incorporarem perspectivas de educação em sexualidade e gênero (UNESCO, 2016).

Tendo como base a percepção que a UNESCO tem sobre o gênero ser discutido nas escolas e também levando em consideração a Lei Maria da Penha, que destaca em seu oitavo artigo, a mesma importância, constatamos que a escola é um dos principais formadores sociais.

IX - O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (Lei Nº 11.340)

Na Constituição Federal de 1988 também consta que as políticas de igualdade devem ressaltar a defesa ampla dos direitos, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e

quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2001, Art. 3). A maioria dos documentos, leis e propostas que regulamentam a execução de políticas públicas no campo da educação incluem que gênero deve ser de noção geral dos direitos e valores (Vianna & Unbehaum, 2004a, 2004b; Vianna, Unbehaum & Araújo, 2003).

O RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), (1998) propõe-se a servir como guia para a reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos. Esse referencial defende a importância de se juntar transmitir valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes. [...] Ressalta que a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade extrapola a mera configuração biológica dos seres humanos e defende que meninas e meninos brinquem com as possibilidades relacionadas tanto aos papéis masculinos, quanto aos femininos, para além da reprodução de padrões estereotipados de gênero. Além disso, enfatiza o papel de educadores e educadoras na desconstrução dos significados de gênero nas relações infantis, quase sempre carregadas de sentidos para o que é ser menina e o que é ser menino (VIANNA e UNBEHAUM, 2006, pg. 413).

Considerando também o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009), que tem como diretrizes buscar a igualdade a partir da “educação e informação da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero” (5.29) e a “Inserção do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e distrital de assistência social” (5.31), observamos novamente a importância dada aos debates, nas escolas, contra a discriminação.

As estratégias do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT que deveria ser realizada pelo MEC (2010/2011) envolvem: incluir nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas de extensão, sem deixar de fora nenhum campo de ensino ou saúde, inserindo nos livros didáticos as famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero e socioeconômica, os novos modelos de famílias homoafetivas, buscando maneiras de promover a igualdade por meios didáticos.

Dentre os outros documentos que citam a importância do respeito à diversidade ser discutida na escola, também há as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013), a Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), a PNE (Plano Nacional de Educação) (2014), e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (1996). A compreensão das relações de gênero, de como se constroem e se estabelecem em nossa sociedade, e a erradicação de todas as formas de discriminação é apresentada como fundamental para qualquer proposta de organização curricular (VIANNA; UNBEHAUM,

2006, p. 420). Tendo em vista que a discussão sobre gênero e a diversidade sexual já está proposta no currículo escolar a um tempo, entendemos que as legislações vigentes apontam certa importância nos temas.

## 6 METODOLOGIA

No decorrer dos dois semestres de pesquisa empírica, conforme a metodologia foi sendo aplicada, encontrou-se dificuldade para realizar entrevistas com vereadores e demais atores envolvidos na formulação e promulgação da lei 7595/2018. Foram enviados e-mails que permaneceram sem resposta, impossibilitando o andamento do trabalho conforme planejado inicialmente. Na falta de entrevistas que seriam essenciais para a execução da metodologia proposta, pensou-se que o ideal seria analisar argumentos e falas públicas presentes em gravações das sessões da Câmara postadas no Youtube. Foi executada a tentativa de contato com uma deputada estadual com grande influência na região, e também com a página do Movimento Escola Sem Partido de Jaraguá do Sul no Facebook, mas tal como a situação dos vereadores, não obtivemos respostas. Constatou-se, assim, uma postura que dificultou o diálogo por parte dos que criticam o ensino de gênero nas escolas.

Foram feitas, também, entrevistas com: uma estudante egressa do ensino médio, um professor da rede estadual de ensino, duas professoras da rede municipal e uma ativista da região. Todas as entrevistas citadas foram agendadas e realizadas sem problemas aparentes.

No corpo do texto, as citações diretas das entrevistas foram apresentadas em itálico para a facilitação da leitura, e a organização para o reconhecimento de cada entrevistado se deu da seguinte maneira:

| <b>Atribuições</b> | <b>Entrevistados</b>                   | <b>Posicionamento em relação a discussão de gênero nas escolas</b> |
|--------------------|--|--|
| Entrevistado 1     | Egressa do ensino médio                | A favor  |
| Entrevistado 2     | Ativista influente na região           | A favor  |
| Entrevistado 3     | Professora da rede municipal de ensino | A favor  |
| Entrevistado 4     | Professora da rede municipal de ensino | A favor  |

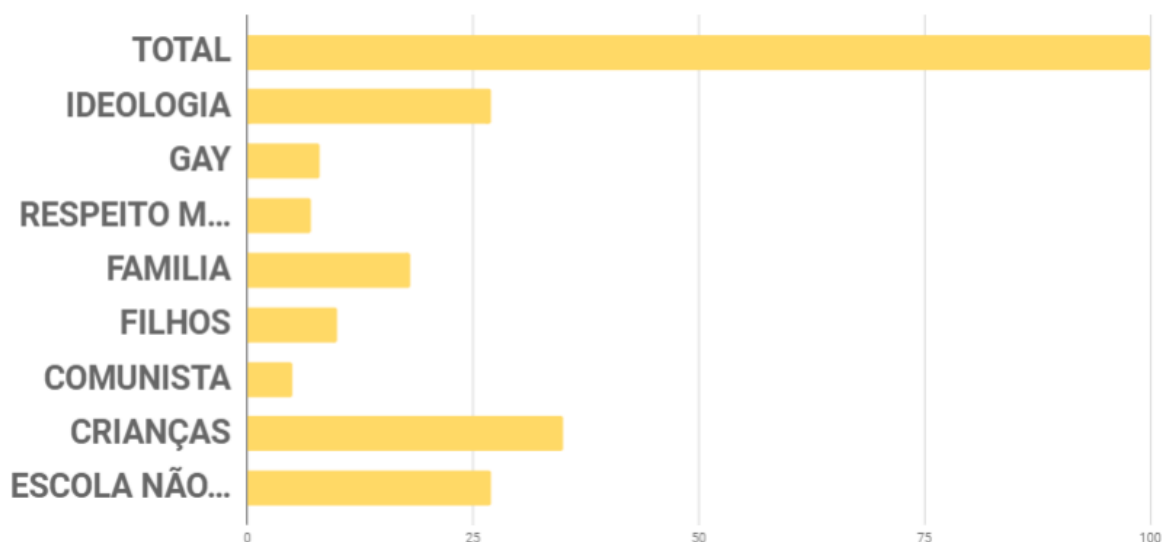
|                |                                      |        |
|----------------|--------------------------------------|--------|
| Entrevistado 5 | Professor da rede estadual de ensino | Contra |
|----------------|--------------------------------------|--------|

Destaca-se que o número de entrevistados com opiniões favoráveis ao ensino de gênero é consideravelmente maior, fato que se dá pela dificuldade encontrada em estabelecer contato com os possíveis entrevistados que seriam contrários ao assunto, entretanto, na internet, o número de pessoas que se mostram contra o ensino de gênero é maior do que os que se mostram a favor - segundo os comentários obtidos pelo grupo.

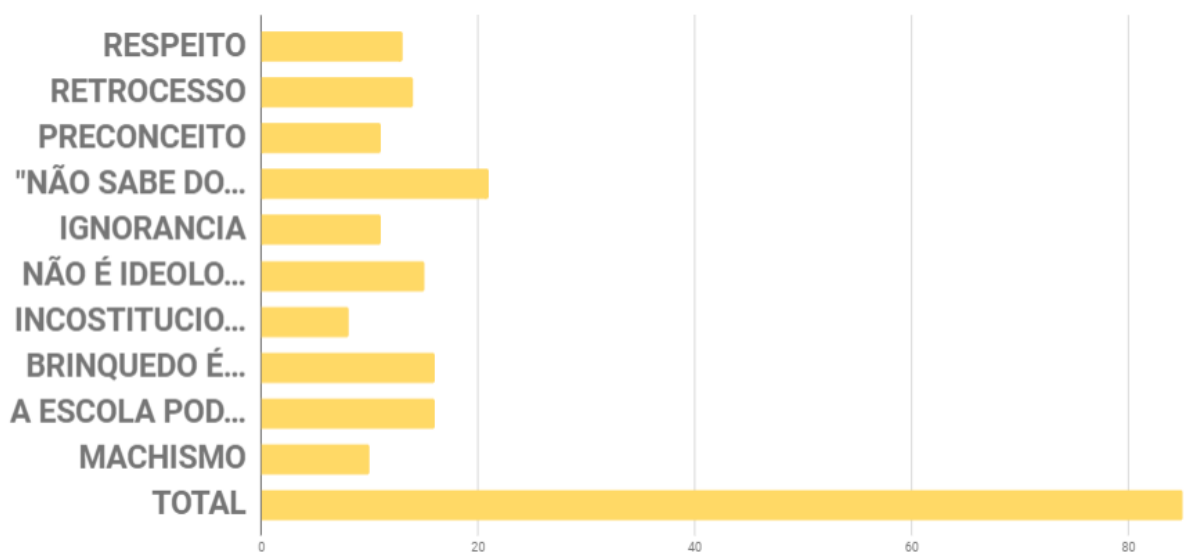
Com relação à análise do material online, foi criado no segundo semestre do projeto, um perfil de pesquisa no Facebook, próprio para a busca de comentários ou opiniões relacionadas a lei nº 7595/2018 e/ou ao ensino de gênero nas escolas. Buscou-se ainda discursos emitidos em sites de notícias da região sobre o assunto em questão. Os dados coletados foram analisados partindo da ideia de discurso de Foucault. Assim, viu-se a necessidade de fragmentar coisas ditas em determinadas orações, relacionando à outras situações e outras frases.

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisa-se antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas, práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso. (FISCHER, 2001, p.198).

Observou-se ainda qual discurso era mais comum entre os cento e oitenta e cinco comentários analisados (100 contra e 85 a favor), assim, frases e palavras foram organizadas em planilhas, que posteriormente se tornaram gráficos, listando a quantidade de comentários que se encaixavam em cada categoria. Foram escritas duas análises individuais, uma para os comentários contra e outra para os comentários à favor.



**Gráfico 1 - Análise dos comentários contra a discussão de gênero**



**Gráfico 2 - Análise dos comentários à favor da discussão de gênero**

Ao analisar as entrevistas, tal como as transcrições de sessões da câmara, foram escritas - inicialmente - análises separadas para cada entrevista, onde as mesmas tiveram frases e parágrafos importantes classificados pelas hipóteses do projeto, que foram divididas por letras e cores, sendo estas: hipótese A de verde, hipótese B de rosa e hipótese C de amarelo.

Posteriormente, todo o material selecionado na pré análise foi copiado para um documento único, onde foram novamente organizados de modo que todas as falas relacionadas à hipótese A ficassem em uma página própria, e assim sucessivamente para as outras duas.. A classificação foi feita com o intuito de organizar os argumentos e pontos de vista obtidos, a fim de facilitar a observação, leitura, entendimento e análise conjunta destes materiais.

Em um próximo momento, foram apontados e discutidos pelo grupo três tópicos que mais chamaram a atenção e que apareceram em quase todas as entrevistas e comentários. Dentro dos tópicos em questão, foram escritas as análises finais do relatório que tiveram como objetivo principal relacionar argumentos e ideias similares encontrados nas entrevistas, assim como resultados obtidos na análise dos comentários de redes sociais e nos argumentos públicos de vereadores.

Para fins de fundamentação teórica, foi realizada uma última atualização na bibliografia, adicionando literaturas e fundamentações consideradas pelo grupo importantes para o completo entendimento na leitura do trabalho.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **7.1 Desconhecimento por gênero**

Autores se referem a gênero como modo de falar, andar, agir e comportamentos culturalmente impostos, diferente daquilo que seria sexo biológico, masculino ou feminino (Bortolini, 2011). Ao observar discursos feitos por entrevistados e comentários expostos na internet, percebe-se que, por vezes, a noção do que seria gênero de fato, não é a mesma que apontada por autores e estudiosos.

O entrevistado 5, por exemplo, aponta que gênero seria uma denominação: homem ou mulher, fazendo uma relação com aquilo que seria “*transtorno de gênero*” que alega ser “*o que uma pessoa que se enxerga... Nasce em um corpo de menino, mas sempre se viu como uma menina. Isso é transtorno de gênero. Ou seja, existem dois gêneros: homem ou mulher, macho ou fêmea*”. Tal termo considerado é errôneo pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº 1, 2018) que afirma “as expressões e identidades de gênero como possibilidades da existência humana, as quais não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações”, mostrando certo desconhecimento sobre o que de fato seria o assunto em questão. A mesma característica de relacionar gênero com sexo biológico é comum em discursos daqueles que são contra o ensino de gênero nas escolas.

O mesmo discurso é observado nas falas dos vereadores da câmara municipal de Jaraguá do Sul, quando um deles diz, em sessão da câmara, que “*não podemos dizer para uma*



meses atrás

É biológico menino nasce menino e menina nasce menina. Devemos protestar de forma democrática, nossas crianças tem que aprender a ler, escrever se socializar sem serem induzidos por uma ideologia criada por oportunistas que desobedecem as leis de Deus e querem atingir as famílias.



19



RESponder

Ver resposta ▾

*criança de 4 anos a 5, 6 anos que de manhã um menino pode ser menino, e de tarde um menino pode ser uma menina”.*

Quando uma lei municipal - que contrapõe outras leis de nível nacional, como diretrizes básicas da educação - é construída por autores que demonstram certo desconhecimento sobre o assunto em questão, observa-se como tratar de determinados assuntos sem o conhecimento necessário tem se tornado algo comum em nossa sociedade, podendo observar este fato em vários dos comentários analisados, como no exemplo abaixo:

HÁ 6 MESES

De PARABÉNS Vereadores e todos os que lutaram para impedir a perpetuaçãodessa aberração gramscista/comunista que visa apenas fragmentar as famílias e sociedade. Agora é acompanhar o parecer do Sr. Prefeito

15 10

Tratar sobre aquilo que não conhece, usando apenas o senso comum para defender suas ideias, é apenas um reflexo de medo, de uma tão conservadora sociedade que busca ao máximo manter seus padrões.

Estes discursos [“discurso Jaraguá”] objetivam o apagamento das diferenças e contradições existentes na cidade, jogando-os, deslocando-os para a individualidade dos moradores. Neste processo ao reproduzirem simbólica e parcialmente as relações da sociedade, acabam produzindo, pelo exercício do poder, uma realidade que se apresenta como verdadeira. Uma sociedade que é atravessada por conflitos, antagonismos e contradições, tem que aparecer como una, indivisa e harmônica, de forma a ocultar seus problemas. (SCHÖRNER, 2006, p.31)

## 7.2 O medo que existe em relação ao ensino de gênero

Na análise com o entrevistado 5, uma das falas que se destacou foi a de que, se o ensino de gênero fosse aceito nas escolas seria uma ameaça à “hierarquia” de poder que se distingue entre as majorias e minorias. Para o entrevistado, é fundamental que se saiba a existência dessa

diferença, para que a maioria possa ser respeitada e ter seu lugar de direito, e com o ensino de gênero atuando na escola as minorias assumirem um certo “poder”, desestabilizando uma “democracia”, o que em sua opinião não deve acontecer.

*É importante que as pessoas entendam que existem minorias (homossexuais) e maiorias (heterossexuais), e que é preciso admitir que existe uma diferença para que essa diferença seja respeitada, [...] Ou seja, eu tiro o direito da maioria, em prol de uma minoria. Isso não é democracia. (entrevistado 5)*

O pensamento de que a minoria ganhando direitos seria uma ameaça já foi explicado por Miguel (2016, p. 592):

*É perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial.*

Em outras falas do entrevistado, demonstrou-se preocupação recorrente com relação às pessoas que seguem os ideais marxistas, presumindo que são estas as pessoas por trás do movimento em prol do ensino de gênero nas escolas, como uma articulação com interesses ocultos para a tomada de poder desse corpo social.

*O meu medo não é ensinar sobre homossexualismo, é ele ser marxista, entendeu? É ter um plano lá no fundo [...] não dá, a sociedade não pode entrar nessas coisas, os códigos morais e éticos não podem simplesmente ser destruídos por uma ideologia porca que nem a de Marx [...] Nas escolas municipais não se fala sobre isso, e os núcleos que falam sobre isso são núcleos muito mais marxistas, como por exemplo as escolas federais, onde você mais vai encontrar professores marxistas. (Entrevistado 5)*

Essa relação de que o marxismo está ligado ao ensino de gênero foi percebida, também, na análise dos comentários em redes sociais e sites de notícias. Como já visto anteriormente, ela é precipitada e irreal:



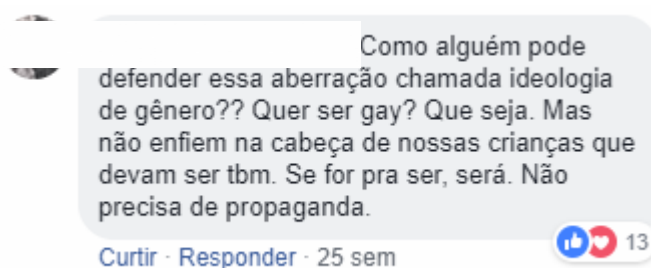
HÁ 23 DIAS

Escola não é lugar para militância ou doutrinação. Escola é lugar para aprender. Tenho 2 filhas e diariamente checo os materiais de estudo delas. Todos os pais devem fazer isso. Querem doutrinar nossas crianças e transformá-las em comunistas. Isso é uma desordem.

👍 18 🗨️ 3

Com a entrevistada 1, a vinculação com a hipótese apresentada anteriormente foi logo no início da entrevista, quando ela relata um ocorrido: um senhor desconhecido havia lhe parado na rua e dito que “a ideologia de gênero estaria acabando com a família brasileira”. Na opinião da entrevistada, o principal motivo para as pessoas se posicionarem contra o ensino de gênero seria o desconhecimento e o medo. O medo, especificamente pelo que pode vir acontecer após esse debate, como se o assunto fosse algo ruim, pejorativo.

Durante a análise dos comentários contra a discussão de gênero nas escolas, observou-se que em praticamente  $\frac{1}{4}$  apareceu as palavras “crianças” e “filhos”, quase sempre junto ao substantivo “ideologia”.



Novamente nota-se a tentativa de pânico moral na sociedade, fazendo o uso de discursos que tendem a fragilizar e comover quando crianças estão envolvidas em algum tipo de ameaça.

Em resposta, um pânico moral foi criado a partir da promoção de uma campanha sobre a suposta nocividade do material para as crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade. Construção da ameaça às crianças revelou-se de intenso apelo à opinião pública, recebendo publicidade e tomando caráter passional, com consequências efetivas ao barrar iniciativas de combate à homofobia ou de respeito à diversidade sexual. (BALIEIRO, 2018)

Ainda sobre esse quesito, a entrevistada 1 cita que uma de suas professoras no ensino médio havia dito que as pessoas que acreditam na existência de uma ideologia de gênero nas escolas, também acreditam que essa ideologia possui uma ligação direta com o comunismo. De fato, vemos isso ao trazer de volta a fala do entrevistado 5, que garantiu que o ensino de gênero está ligado às ideologias de Marx.

Já com a entrevistada 2, após ser questionada sobre ideologia de gênero, afirmou que em seu ponto de vista: *“eles (as pessoas contra a discussão de gênero) usam o termo ideologia, porque eles veem a discussão de gênero como um movimento conspiratório, com líderes e tudo mais, com o objetivo de implantar uma espécie de ditadura de gênero.”* A sua fala traz de volta os relatos anteriores, demonstrando o medo vinculado ao ensino de gênero, como se de fato a discussão fosse uma ameaça.

Entre a metade de 2014 e o final de 2015, a “ideologia de gênero” começou a se popularizar nos noticiários e nas redes sociais. Logo, “gênero” seria o nome de uma “ideologia” que ameaçaria adolescentes, crianças e a família brasileira. Nos diversos argumentos contrários ao assunto, pode-se observar uma certa indução à homossexualidade, à pedofilia e até mesmo ao comunismo (BALIEIRO, 2018). Como dito por Miguel (2016, p. 295) “O fortalecimento público deste discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade – e expressão parlamentar – um movimento que acusa as escolas de doutrinação ideológica”.

Vê-se pautas como essa em propagandas e slogans diretamente relacionados ao Movimento Escola Sem Partido e a alguns líderes religiosos. Havendo induções à comunidade LGBTQ+ sendo direcionadas às crianças como uma ameaça, como na fala de um dos vereadores de Jaraguá do Sul: *“forçando a passar batom em um menino, colocando saia em um menino, tirando a saia de uma menina e colocando um short, isso é inversão moral e não pode acontecer”*

As entrevistadas 3 e 4 trouxeram em suas falas vários pontos a serem discutidos que se ligaram a hipótese já destacada. Primeiramente, apontaram situações onde os pais se vêem preocupados com a orientação sexual de seus filhos por brincarem com brinquedos que culturalmente confrontam a ideia de homem ou mulher, como citado na entrevista, no qual o pai se vê em desespero após o filho fazer o uso de um salto, com intenções totalmente puras, como ficar mais alto.

É importante ressaltar que as crianças não possuem malícia, o que foi reiterado no decorrer da entrevista. As entrevistadas argumentaram que, quando uma criança está brincando, ela não está pensando em gênero, e sim em se divertir, se entreter, seja lá qual for o

brinquedo ou o sexo da criança: “As brincadeiras vão espelhar as relações que eles vivenciam e observam”.

As entrevistadas alegaram que os vereadores associam as questões de gênero com sexualidade, trazendo como um dos principais motivos do medo, a possibilidade de ver seus filhos fazendo parte da comunidade LGBTQ+, a falta de informação os leva acreditar que “*na verdade o gênero é exclusivamente sexual*” em síntese que “*eles têm essa obsessão com essa questão de homossexualidade*” (entrevistadas 4 e 5).

Desse modo, a lei nº 7595/2018 parece ter como objetivo impedir que a escola, professores e demais que nela atuam, manipulem e/ou doutrinem as crianças e adolescentes, como se quisessem criar uma “*geração cor de rosa*” (termo usado pela entrevistada 4).

Entretanto a partir da afirmação vinda da entrevistada 4, de que não se ensina gênero e não há profissionais qualificados para a discussão em debate, ocorre o questionamento do real propósito da lei. Por que proibir uma discussão que sequer ocorre? Ou a lei é apenas uma forma de satisfazer uma população amedrontada pela histeria causada pela ideia de ter seus filhos manipulados? Qual é o real objetivo da lei?

*Na verdade se faz lei para agradar, não é pra mudar nada [...]. De qualquer jeito é uma lei que não serve pra nada. Por que vai proibir uma coisa que não acontecia. Então mesmo que eles achassem que pudesse acontecer, porquê? Porque se eu não domino eu não falo sobre. [...] Mas a questão primordial é assim: entender quem produziu e aprovou a lei, o que é isso pra eles, isso vocês vão ter que perguntar, “o que afinal de contas, vocês estão proibindo, o que não pode?”. Eu já questionei isso, eu também mando e-mails pra eles, e ninguém responde, só me digam porque eu não sei o que eu não posso fazer, só que eles também não sabem (entrevistada 4).*

A ideia da discussão de gênero nas escolas ser uma ameaça para as tradições conservadoras demonstra abertamente a desinformação, o desconhecimento e o pânico moral estabelecido por trás do assunto. A ligação fantasiosa que o marxismo tem com o ensino de gênero. A ideia de que as minorias conseguindo um certo “poder”, desestabilizaram a “democracia”. O pensamento utópico de que com o assunto sendo debatido nas escolas haveria doutrinação, “um movimento conspiratório”, ou até mesmo a ideia da implantação de uma “ditadura do gênero” ou “geração cor de rosa”. E, por fim, o desconhecimento por parte das pessoas que acreditam que gênero é exclusivamente sexual, como o principal motivo do medo: ver seus filhos fazendo parte da comunidade LGBTQ+.

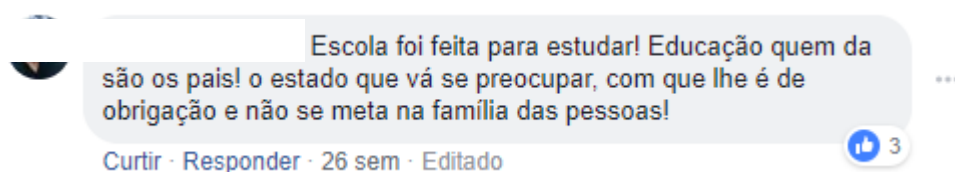
### **7.3 Escola, família e discussão de gênero**

Decorrente das análises e leituras bibliográficas feitas ao longo da pesquisa, pode-se perceber a importância das discussões de gênero feitas em ambiente escolar, principalmente pela falta de informação das pessoas sobre do que realmente o assunto trata, viabilizando um caminho de entendimento precipitado, como por exemplo tratar o assunto como viés político “esquerdista” ou marxista. Podemos tratar o debate de gênero nas escolas como importante também pela quantidade de casos de abuso infantil e violência contra a mulher, que ocorrem dentro de casa e sendo invisibilizados ou tratados como natural. Hannah Arendt, uma pensadora conhecida por sua defesa de uma postura conservadora no sistema escolar, coloca que

normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. [...] Ela é a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. [...] Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, [...] ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo em contínua mudança. (ARENDR, 2007, pg. 238, 239).

Em uma das sessões da câmara em que a lei foi aprovada, o vereador autor do projeto fala sobre a importância dos pais terem o poder do que é ensinado aos seus filhos. “*educação moral convém ao pai e a mãe, e nós como legisladores nesta casa de lei não podemos tirar esse direito...*”, sendo apoiado por um vereador, em seguida: “*a criança criada lá no berço da família é o pai e a mãe que tem que doutrinar ela, direcionar ela [...] sempre falei que educação vem de casa, professor não está lá para educar o teu filho mal criado, não está, quem tem que educar é o pai*”.

Ainda seguindo esse mesmo discurso, o entrevistado 5 afirma que as discussões sobre gênero devem ser feitas em casa, entre a família, e não na escola. Alega que a escola deve-se ater às matérias básicas da grade curricular. Este discurso também é citado em 17% dos comentários contrários a discussão de gênero, “causas sociais como gênero devem ser discutidas dentro de casa, com a família.” E citado em outros 12%, que falam especialmente da família:



Esta ideia de que determinados assuntos só devem ser discutidos em família já foi explicada em “Cultura, gênero e sexo biológico” por Ricas, Donoso e Gresta (2006), abrangendo o fato de que o ambiente familiar nem sempre é tão seguro para a criança.

É comum em algumas das entrevistas o discurso de “como as brincadeiras feitas na infância já nos mostram como é tratado o assunto de gênero na sociedade”, na qual a menina é direcionada a brincar de atividades domésticas como cozinhar, limpar a casa e criar crianças, e o menino se vê em situações de poder, como ser sempre o super-herói, o bombeiro, o policial, e evitar situações que “contrapõe” a imagem do homem másculo.

*[...]o jeito que a gente estimula os meninos e meninas a brincarem, interfere no fato de que a maioria das profissões maternas onde é preciso cuidar do outro são mulheres, porque que as profissões mais racionais consideradas exatas, são de homens, não é porque naturalmente a gente vai pra essas áreas, é porque desde o começo somos estimulados a demonstrar e a cuidar, brincar de boneca, os homens fazem a parte mais racional, como espaço, dinâmica, porque que no geral homens são melhores no esporte do que mulheres, porque realmente eles são ensinados a brincar em espaços mais abertos [...]então o gênero é tão presente que ele consegue através desses costumes transformar muito quem somos. (Entrevistada 2).*

Algo que já é citado por Bortolini no tópico “Cultura, gênero e sexo biológico”, no qual ele fala que criamos uma ilusão de uma essência masculina ou feminina - ou qualquer outra.

A entrevistada 2 também comenta em relação a como falar sobre gênero na escola teria influências positivas na sociedade como acabar com estereótipos físicos, bullying e inclusive com a desigualdade de gênero, “sabemos que onde mais se discute gênero é onde mais existe política para as mulheres e segurança, e onde menos se discute são lugares mais violentos e problemáticos para as mulheres” cita a entrevistada 2. Bortolini (2011) nos aponta, no tópico Ensino de Gênero nas Escolas, como mesmo se você for uma pessoa que é beneficiada por essas problemáticas de gênero você ainda é afetado por elas, um exemplo disso é como os homens héteros sentem a necessidade constante de falar e provar que não são gays, ou que não apresentam semelhanças com mulheres. O machismo, como se vê, não é ruim somente para as mulheres.

Durante a pesquisa, houve o questionamento se as pessoas estariam realmente tendo um contato tão aprofundado ao ensino de gênero nas escolas. A entrevistada 1 cita que não recordava se havia tido essa conversa em âmbito escolar, acreditando ter sido na aula de sociologia em que houve esse primeiro contato: “a gente ia falar sobre movimentos sociais, a gente estudou vários movimentos sociais e um deles era o feminismo [...] aí a partir disso a gente começou a discutir entre a gente”.

A entrevistada 2 relata também não lembrar de ter debatido gênero em sua época de escola, iniciando suas pesquisas sobre o assunto por conta própria. Durante a conversa com as entrevistadas 3 e 4, houve o questionamento sobre como a Lei 7595/2018 estava funcionando efetivamente em sala de aula, elas relatam que não tiveram nenhuma orientação da Secretaria Municipal de Educação ou da direção da escola sobre o assunto, e que de fato, a lei não havia mudado nada. Ambas não concordam com a proibição, e questionam como seria possível conversar com seus alunos em uma situação de bullying envolvendo a questão de gênero, por exemplo. É afirmado por elas que seria inimaginável construir uma sociedade mais igualitária sem passar por discussões como a de gênero.

É importante entender que a sociedade em cada época irá reger a educação de uma forma diferente, sabendo que as ideias, assim como o tempo, não ficam estagnadas. Quem nos aponta isso é o sociólogo Émile Durkheim, um autor clássico e que apresenta um viés conservador.

Cada sociedade considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. [...] Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver entre seus contemporâneos, com o qual não encontrarão harmonia. (Durkheim, 1955, pg. 125).

A partir disso, pode-se entender que, com o passar dos anos, iremos nos desenvolver cada vez mais, progredir como sociedade e indivíduos, e junto a esse desenvolvimento muda-se os assuntos tratados em ambiente escolar, ou seja, o que foi aprendido a uma década atrás nas escolas será de forma diferente de hoje em dia, com outros temas e outros questionamentos, assim como será no futuro.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas pesquisas bibliográficas e a partir das análises obtidas dos comentários de redes sociais, vídeos de sessões da Câmara de Vereadores e entrevistas realizadas durante o projeto, pode-se destacar algumas considerações sobre os discursos relacionados ao ensino de gênero nas escolas de Jaraguá do Sul.

Foi possível, também, realizar todos os quatro objetivos destacados no início da pesquisa, sendo estes: compreender as diferentes teorias sobre gênero e a legislação que rege seu ensino nas escolas; obter e analisar as diferentes opiniões sobre o ensino do gênero nas

escolas; averiguar as contribuições do ensino de gênero nas escolas para a conscientização a respeito do assunto; verificar as opiniões e pontos de vista de vereadores, professores da rede municipal de ensino, estudantes egressos do ensino médio e comentários expostos em blogs e sites de notícia da região.

Referente às hipóteses, obteve-se os seguintes resultados:

- Muitas pessoas ainda demonstram desconhecimento a respeito do conceito de gênero e dos pressupostos do ensino de gênero nas escolas; Esta foi confirmada, pois grande parte das pessoas que não tiveram contato com as discussões a respeito de gênero, mostraram certo desentendimento sobre o assunto, exemplos foram citados no decorrer do relatório, como: acreditar que gênero é somente sexual, e que as escolas estariam doutrinando as crianças e adolescentes de forma conspiratória.
- As questões de gênero são encaradas como uma ameaça para as noções tradicionais da sociedade; Hipótese confirmada, tendo em vista que muitas pessoas apontaram as questões de gênero como uma forma de destruir a família e a igreja, ou que estão conectadas a ameaça comunista. Tiveram ainda comentários preconceituosos, e em muitas falas demonstraram preocupação, principalmente, por temerem a ideia de ver seus filhos fazendo parte da comunidade LGBTQ+.
- Estudantes que têm contato com o ensino de gênero nas escolas demonstram maior abertura para as discussões e reflexões sobre o tema; Confirmada, pois grande parte das pessoas que já tiveram contato com as discussões sobre gênero, demonstram ter mais conhecimento a respeito do assunto e são mais abertos a debates, entendendo também a importância do tema a fim de alcançar uma sociedade mais igualitária.

Durante as entrevistas realizadas ainda surgiu o questionamento do real objetivo da lei, partindo do pressuposto de que, se não existe ensino de gênero nas escolas e se não há profissionais qualificados para o debate, a lei se torna vazia e sem sentido. Chegando ainda à conclusão de que por se tratar de uma sociedade com tendências conservadoras, como explica Schörner (2006), a lei traz apenas um reflexo daquilo que os moradores acreditam ou consideram seus princípios religiosos, ficando evidente, novamente, que o medo e o desconhecimento são os principais causadores da rejeição quanto ao ensino de gênero nas escolas.

Notou-se também, ao decorrer do projeto, que a discussão não apresenta uma real ameaça às crianças, jovens e demais estudantes. O assunto praticamente não é discutido no âmbito escolar e os professores não possuem um conhecimento aprofundado sobre o tema para

proporcionar aos alunos um debate apropriado, optando por evitar o assunto. Além disso, percebe-se em bibliografias citadas anteriormente que como o lar familiar nem sempre é o mais seguro para a criança, as discussões de gênero em sala de aula, se realizadas, poderiam servir como um espaço seguro em que o indivíduo pode tirar suas próprias conclusões sobre o mundo à sua volta, podendo muitas vezes reconhecer problemas que acontecem em casa.

## 9. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, Feminismo e o Enfoque de Gênero**. In: Revista Crítica Marxista, Nº 11, 2000.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva S.a., 2007

BALIEIRO, Fernando De Figueiredo; DUQUE, Tiago. **Notas sobre uma cruzada moral na era digital: a “ideologia de gênero” como ameaça à sociedade brasileira**. RECTORA NACIONAL, 2018.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. 2018. **Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça**. Ed. 56. Acesso em: 09 de maio de 2019

BBC NEWS. 2017. **70% das vítimas são crianças e adolescentes: oito dados sobre estupro no Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36401054>> Acesso em: 10 de maio de 2019; com

BOBBIO, Norberto. **Ideologia**, 5a ed. Distrito Federal: Brasília, 1993.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 27-37, 2011.

BRASIL. Legislação. **Plano nacional de educação**. Plano Nacional de Educação. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 07/06/2018

BRASIL. Legislação 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 29/05/2018

BRASIL. Lei nº 7595/2018, de 23/03/2018. Dispõe sobre a proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional no Município de Jaraguá do Sul e traz outras considerações. **Câmara Municipal de Jaraguá do Sul**, Jaraguá do Sul, 02 de abril. Disponível em: <<http://www.legislador.com.br/legisladorWEB.ASP?WCI=ProjetoTexto&ID=5&INEspecie=1&nrProjeto=213&aaProjeto=2017>>

BRASIL. Lei nº 994/2015, de 16 de julho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Blumenau: PME e dá outras providências. **Câmara Municipal de Blumenau**, Blumenau, 16 de julho. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2015/100/994/lei-complementar-n-994-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-blumenau-pme-e-da-outras-providencias?q=g%C3%AAAnero>> Acesso em: 14/05/2018

BRASIL. Projeto de lei nº 130/2017, de 22/08/2017. Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o “Programa Escola sem Partido”. **Câmara Municipal de Criciúma**, Criciúma, 22 de agosto. Disponível em: <<https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/documento/projeto-pl-no-130-2017-27898>> Acesso em: 29/05/2018

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 04/06/2019

BRASIL. Secretária da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio)**. Brasília. 2000. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> Acesso em: 04/04/2018

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2009. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>> Acesso em: 24/05/2018

BRASIL. Constituição 2015. **Plano Estadual de Educação: Santa Catarina**. Florianópolis. 2015. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-estadual-de-educacao-sc-452/1743-plano-estadual-de-educacao-versao-16-06-2015-2-4547/file>> Acesso em: 06/06/2018

BRITO, Luciana. **Porque falar de gênero nas escolas?**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/07/22/por-que-falar-de-genero-nas-escolas/>> Acesso em: 03/05/2018

BRZEZINSKI, Zbigniew Kazimierz. **Ideology And Power In Soviet Politics**. 1. ed. New York. 1962.

CACIAN, Renato. **Comunismo - Karl Marx - Marxismo faz crítica ao capitalismo**. 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/comunismo---karl-marx-marxismo-faz-critica-ao-capitalismo.htm>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 16, de 19 de dezembro de 2002. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>> Acesso em: 22/5/2019

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A Teoria de Karl Marx**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>> Acesso em: 05/05/2019

DURKHEIM, Emile. **A educação como função homogeneizadora e função diferenciadora**. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M.. Educação e sociedade. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. (2).

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa. São Paulo. N. 114 (nov. 2001), p. 197-223, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

GALLEGO, Esther S. (ORG.) **O ódio como política**. SP: Boitempo, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. 2009. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 13/05/2018

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6a ed. Porto Alegre: Penso, 1997

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2017. 2ª ed. Acesso em: 19 de maio de 2019

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2014. **Estudo analisa casos notificados de estupro**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21849](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21849)> Acesso em: 10 de maio de 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de, **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 23/05/2018

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. RJ: Jorge Zahar, 1995.

KILLERMANN, Sam. **The Genderbread Person**. 2015 Disponível em: <<http://itspronouncedmetrosexual.com/2015/03/the-genderbread-person-v3/>> Acesso em: 20/05/2018

KOTTAK, Conrad Phillip. **Um espelho para a humanidade: Uma introdução à antropologia cultural**. 8. ed. Porto Alegre: Amgh, 2013. Cap. 2, p. 44. Tradução de: Roberto Cataldo Costa.

LAQUEUR, Thomas, **Inventando o sexo**, 2001. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840778/mod\\_resource/content/0/Thomas-Laqueur-Inventando-o-Sexo%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840778/mod_resource/content/0/Thomas-Laqueur-Inventando-o-Sexo%281%29.pdf)>. Acesso em: 04/05/2018

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997. <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>> Acesso em: 04/06/2018

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade: Pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, vol. 19. <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>> Acesso em: 04/06/2018

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro**. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350947688019>>. Acesso em: 01 nov. 2018

MISCKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. 2017. **“Ideologia de gênero”**: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2019

MORETTON, Andrea di Profio. **Existe “ideologia de gênero?”** 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

**NÃO é ‘ideologia de gênero’; é educação e deve ser discutido nas escolas, diz pesquisadora. 1.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/>> Acesso em: 08 maio 2018.

OLINTO, Maria, **Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo biológico na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise**, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v1n2/06.pdf>>. Acesso em: 04/05/2018

OLIVEIRA, Luiz F. De; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres**. 1. ed. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contramulheres/>> Acesso em: 15/05/2018

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **Falta de informação prejudica debate sobre gênero nas escolas, aponta especialista**. 1. ed. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/falta-de-informacao-prejudica-debate-sobre-genero-nas-escolas-aponta-especialista/>> Acesso em: 03/06/2018

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **Legislação brasileira garante inclusão da perspectiva de gênero na educação, diz especialista**. 1. ed. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/legislacao-brasileira-garante-inclusao-da-perspectiva-de-genero-na-educacao-diz-especialista/>> Acesso em: 03/06/2018

ONU MULHERES, Brasil. **Campanha da ONU Dia Laranja incentiva a educação pela igualdade de gênero nas escolas**. 1. ed. 2016. Disponível em:

<<http://www.onumulheres.org.br/noticias/campanha-da-onu-dia-laranja-neste-256-incentiva-a-educacao-de-qualidade-e-segura-para-mulheres-e-meninas/>> Acesso em: 29/05/2018

ONU MULHERES, Brasil. **Sobre a ONU Mulheres:** Garantir os direitos das mulheres do mundo. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>> Acesso em: 29/05/2018

PETRY, Analídia Rodolpho; METRY, Dagmar Elisabeth Estermann. **Transexualidade e heteronormatividade:** algumas questões para a pesquisa. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>> Acesso em: 08/06/2018

RICAS, Janete; DONOSO, Miguir; GRESTA, Mona, **A VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA COMO UMA QUESTÃO CULTURAL**, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a19v15n1>> . Acesso em: 25/05/2018

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica, 2014. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014>> \_Acesso em: 04/04/2018

SANTOS, Ana, **Estudos queer: Identidades, contextos, e acção colectiva**, 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/813>> Acesso em: 24/05/2018

SCHREINER, Marilei Teresinha. "A produção da heteronormatividade na escola". In: SILVA, Carla F. e KRAEMER, Celso (orgs.). **Corpos Plurais:** experiências possíveis. 1. ed. Blumenau. 2012.

SCHÖRNER, Ancelmo. **A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul.** SC–1980/2000. Florianópolis, 2006. Tese.(Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** 2012. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)> Acesso em: 07/06/2018

**Sessão Ordinária 22.02.2016.** TV Câmara Jaraguá. Jaraguá do Sul: 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kFxaGMzHnNE>> Acesso em: 02/03/2019

**Sessão Ordinária 20.02.2019.** TV Câmara Jaraguá. Jaraguá do Sul: 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VgNy9bO4Upg>> Acesso em: 02/03/2019

SILVA, Sérgio, **Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos**, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000300003&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000300003&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 04/05/2018

SILVA, Thálita; AMAZONAS, Maria; VIEIRA, Luciana, **Família, trabalho, identidades de gênero**, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2871/287122130016/>>. Acesso em: 04/05/2018

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. 1.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VIANNA, Cláudia. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual**, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>>. Acesso em: 24/05/2018